

3. Excursos aos prolegômenos

3.1. Algumas conjecturas cínicas¹

...é peculiar ao nosso momento histórico o fato de o mal ser tão manifesto quanto jamais o fora; mas tal evidência é tão acaçapante quando vista com pouca ou nenhuma mediação, ou tornada tão à maneira de ficção quando mediada através dos meios de comunicação de massa, que em lugar de indignar apenas contribui para o cinismo e a insensibilidade, distorcendo a percepção da realidade e desmotivando ainda mais a ação. (Pp. 7-8).

– Se bem que, a bem da verdade (e certamente a verdade é a dúvida, e, quiçá, nada mais), é preciso indagar, ante a bem intencionada, para não dizer politicamente correta, obsessão moderna pela ação, se, como já acreditavam os filósofos helenistas, a ação, afinal, como também propõem determinadas interpretações de viés filosófico do budismo e do taoísmo, não seria mais maléfica do que benéfica. Será que a melhor ética, ao contrário das pretensões lamentavelmente frustradas de Platão e Aristóteles, não seria aquela completamente indiferente à política? Será, afinal, que não vale mais (se isso for possível, obviamente) a apatia e a ataraxia do que as ações, cheias de boas intenções, das quais, como se costuma dizer, o inferno está cheio? – Aqueles grandes filósofos, que reputo verdadeiros sábios, acreditavam que a compulsão pelo prazer, o apego aos bens materiais e a tantas vezes inconsciente e velada cobiça do poder são a verdadeira causa de todos os sofrimentos inúteis. – Não seria que, senão apenas pela última de tais paixões, todas as ações, mesmo as “bem intencionadas”, encontrariam nelas a sua verdadeira motivação? (– Mas, claro, a bem da verdade, isto é, pelo menos da dúvida, é preciso conjecturar a possibilidade de alguém praticar o bem de maneira desinteressada. Tomara que o leitor o faça. Seria uma honra ser lido por um espécime tão raro: de minha parte, jamais conheci, algum sequer, de quem não me tenham sido dadas razões para desconfiar.) – Aliás, a obsessão moderna pela ação a que me referia (ação supostamente dirigida ao bem comum), ainda que presente no discurso oficial, ausente da prática – senão presente apenas enquanto estratégia (político-demagógica, mercantil-propagandística, etc.) – exala um odor de hipocrisia, esse sutil escárnio dos

¹ Cf. p. 8.

miseráveis. Mas será pior a prática estratégica do que a mera ausência de prática? Aos beneficiários certamente lhes são indiferentes as intenções dos beneficentes. Apenas quero inferir que talvez a ética, enquanto condicionada pela política, se resuma a isso: estratégia; e assim todas as relações entre animais; inclusive os humanos, obviamente. A estratégia por excelência, subjacente a todas as demais, deve ser, provavelmente, *de fato*, a biológico-evolutiva. Será, porém, necessário que ainda o seja *de direito*? Ou uma nova cultura será capaz de transcendê-la? Mas será a nossa natureza capaz de criá-la? Ou será deveras preciso aguardar o ansiado advento de uma natureza super-humana? – Não fazer a outrem o que não se quer que outrem lhe faça me parece ser, de fato, a regra de ouro de uma moral de ouro. – Pena que o número dos que são adestrados a obedecê-la diminua dia a dia: o adestramento contemporâneo inspira-se em um novo mote: fazer a outrem o que não se quer que outrem lhe faça de maneira a que outrem não lhe possa fazer o mesmo. – A regra de ouro só resultaria em uma moral de ouro se – todos – se lhe submetessem. Mas quem a tanto os compeliria? O dever? O dever só chama os culpados, e a culpa é um sentimento quase superado hoje em dia (pelo menos no âmbito do discurso dominante): culpa “não dá dinheiro”, e ainda motiva a sua perda. – O herói hodierno não é o santo, mas o psicopata. O santo é o perdedor. Minadas a culpa e a vergonha, ou seja, os sentimentos de pesar, respectivamente, pela infração do Dever, e pela exprobração comunitária devida a violação das suas regras, quais freios psicológicos ainda restam às compulsões individualistas da fera humana? Salvo a impostura, é evidente que as regras só se aplicam aos pouquíssimos que *ainda* não têm, e a quase todos os que *jamais* obterão o tão ansiado salvo-conduto: – poder; o qual, nestes tempos, obsoleta a fidalguia, traduz-se, democraticamente, por *dinheiro*. As raras exceções são normalmente devidas a algum erro crasso de estratégia, ou pelo simples fato de que, eventualmente, os ânimos do populacho precisam ser acalmados pelo sacrifício de um bode expiatório.

Há quem seja capaz de considerar seriamente que a nossa civilização avançou muito nos últimos anos, sobretudo desde o romântico movimento dos direitos civis, que revolucionou a “América” e o mundo no segundo pós-guerra: hoje, ao contrário do que ocorria há bem pouco tempo atrás, negros, mulheres, homossexuais e outros dos antigos párias têm direitos! – Desde que, é claro, possam *pagar* por eles: – salvo a sorte, caro leitor, nada é de graça. Aliás, a tão celebrada concessão de tais direitos aos poucos humanos capazes de arcar com os seus elevados custos, foi imprescindível ao aumento exponencial da prosperidade do Ocidente, que, convenhamos, está com os

dias contados. – Para que a euforia (e por que não dizer histeria?) do pós-guerra, tão efêmera quanto qualquer paixão, fosse possível, foi necessário, em primeiro lugar, a catarse provocada pelo drama da guerra; em seguida, a fusão (e confusão) de diversas classes em uma, qual seja a dos consumidores, onde a única diferença que realmente conta é aquela entre as capacidades de consumo; e, finalmente, a redução do número de grupos de bodes expiatórios: de que serviria à economia de mercado o extermínio de judeus, aleijados, ciganos, travestis, ou de quem quer que seja capaz da única coisa que interessa: consumir? Senão por raras exceções, no Ocidente os bodes expiatórios foram reduzidos a um único grupo, que, contudo, não pára de crescer: o dos pobres.

– Como se haverá de exterminá-los? Entregá-los à míngua não tem funcionado: a sua excepcional resistência os permite reproduzirem-se mesmo famintos. (– Saiba o leitor que, sequer o fato de, a cada cinco segundos, uma criança morrer de fome é capaz de impedir que, dentro de quarenta anos, sejamos nove bilhões neste mísero planeta! A suscetibilidade do leitor talvez seja ferida, sobretudo se tiver filhos e gostar deles, pela sinistra informação de que, muito provavelmente, não haverá água nem comida para todos.² Mas, como provavelmente não é pobre, o leitor, ao menos por enquanto, não tem com que se afligir. A menos, é claro, que ele padeça da quase erradicada empatia

² Segundo o relatório das Nações Unidas sobre a população mundial de 11 de março de 2009, no início de 2012 seremos 7 bilhões, e, em 2050, ultrapassaremos a marca de 9 bilhões de pessoas. – A maioria dos 2,3 bilhões de novos membros da humanidade vai incrementar a população dos países em desenvolvimento, que deve aumentar de 5,6 bilhões em 2009 para 7,9 bilhões em 2050. Entre 2010 e 2050, a população de 31 países, a maioria dos quais conta-se entre os mais pobres do planeta, deve, no mínimo, dobrar. Sendo que, em certos países, acredita-se que a população aumentará 150 por cento ou mais! É o caso, por exemplo, de países como Afeganistão, Nigéria, Somália, Timor e Uganda. – Para dados atualizados, consultar a Divisão de População das Nações Unidas (www.unpopulation.org).

Como demonstra reportagem da *National Geographic* de junho de 2009, com base nestes dados, 2 bilhões de pessoas vivem hoje nas partes mais secas do globo, e estima-se que as mudanças climáticas reduzirão ainda mais a produtividade agrícola justamente nestas regiões. Ainda que fosse grande o potencial dessas terras, as plantações continuariam a precisar de água. Entretanto, em um futuro não muito distante, todo ano poderá ser de seca em grande parte do planeta. – “Estudos recentes sobre o clima mostram que ondas de calor fortes, como aquela que ressecou a Amazônia em 2005, devem se tornar corriqueiras nos trópicos e subtrópicos até o fim deste século. As geleiras do Himalaia, que hoje proporcionam água doce para milhões de pessoas, animais e plantações na China e na Índia, derretem com maior rapidez e podem desaparecer por completo até 2035.”

Até 2030, no sul da Ásia, a produção de alguns cereais poderia cair de 10 a 15%. As projeções para o sul da África são ainda mais alarmantes. Nesta região, já devastada pela escassez de água e pela insegurança alimentar, a crucial safra de milho poderia ter uma queda de 30% – ou mesmo de 47%, no cenário mais grave. Entretanto, a população continua a aumentar, com 2,5 novas bocas para alimentar nascendo a cada segundo! (Cf. Bourne, Joel K. *Acabou a fartura*. In Revista *National Geographic*, junho de 2009.)

Sobre a crise ecológica, inútil dizer algo além do que se tem dito profusamente. Apenas sugiro ao leitor ansioso por revertê-la, que compre o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, e os tire da tomada. E que o faça há, pelo menos, uns dez anos atrás.

por todos os indivíduos humanos, e não apenas por aqueles que *lhe pertencem*. Se bem que, em situações extremas, o desapego afetivo pode ser necessário à sobrevivência. Mas não creio que, em tais circunstâncias, ainda seja lícito viver. Será, portanto, justo existir neste mundo? Terá sido algum dia?).

Considerando-se os gastos que se têm empreendido na exploração do espaço, parece-me que a pequena classe remanescente dos realmente ricos, partirá, em breve, para algum planeta virgem e promissor, oferecendo aos pobres, generosamente, a sua velha e obsoleta Terra, para que revolvam nessa chafurda, e, quais estúpidas amebas, multipliquem-se à saturação. Quem sabe se assim, copiosamente adubada, e após um, muito merecido, período de repouso, em algumas centenas de anos a Terra não esteja novamente pronta para ser cultivada até ser, mais uma vez, exaurida? Este ciclo pode durar indefinidamente, pelo menos até que algum cataclismo, como a explosão do sol ou uma colisão sideral, determine peremptoriamente a extinção da vida no planeta.

Embora impura, porquanto eivada de culpa, considerando-se a nossa inerente disposição ao egoísmo, não será a compaixão um valor cuja preservação é necessária pela subsistência dos fracos? A menos que se creia que os fracos não devam subsistir. Mas então não perecerão com eles os fortes? Desgraçadamente a dialética do senhor e do escravo é tão escandalosa quanto verossímil: sem abdicar da honestidade parece impossível considerar qualquer hipótese que aventure a possibilidade de uma sociedade humana livre de castas e desigualdades. – O bramanismo achaca os pudores da nossa cultura, que, em irônica resposta, o corrobora, alçando as suas mazelas ao paroxismo: garantem-se a todos *direitos fundamentais*, quais seriam aqueles imprescindíveis à busca da felicidade, a que todos, igualmente, têm direito; mas simplesmente o direito, já que o objeto quase nunca é adjudicado; conquanto, por acaso, se o possa alcançar.³

³ Paulo Guedes escreveu que “Os fundamentos da civilização ocidental são as democracias representativas, as economias de mercado, o estado de direito, as liberdades individuais e as nossas redes institucionais de solidariedade. São estabelecidos nas modernas democracias liberais os direitos à propriedade, à segurança pessoal, à liberdade de escolha quanto à preferência política, à crença religiosa, à prática econômica, à orientação sexual e ao acesso à informação por meio de uma imprensa livre. São liberdades individuais clássicas, que garantem o sentido da existência humana, e não meras abstrações burguesas.” (*O Globo*, 1º de junho de 2009) – Será?

3.2. Os psicopatas também têm direito à “busca da felicidade” ⁴

Para compreender um fenômeno que lhe tem sido particularmente freqüente, o nosso século viu nascer um novo conceito, que talvez sirva menos à psicologia e à psiquiatria, que o conceberam, do que à filosofia e às ciências sociais: o de psicopatia. Este transtorno, em nossos áridos tempos, assumiu o caráter de endemia. Porém, por absurdo que pareça, em lugar de ser simplesmente combatido, este mal tem sido tão enaltecido quanto cobiçado. Em que ele consiste? Em linhas gerais a psicopatia é um transtorno emocional que induz o sujeito à prática reiterada de condutas anti-sociais, que envolvem agressão reativa, mas também, e este é o aspecto que apropriadamente caracteriza a psicopatia, elevados níveis de agressão instrumental. A agressão reativa é o ato agressivo típico, motivado por um evento frustrante ou ameaçador. Enquanto este tipo de agressão se inicia sem ter em vista qualquer objetivo, consistindo na mera resposta instintiva a alguma ameaça, a agressão instrumental é propositada, dirigida a uma finalidade específica, seja o sofrimento da vítima, seja, mais amiúde, algo que ela possua, ou mesmo um aumento de status na hierarquia de um grupo.⁵ O psicopata se afigura, pois, um autêntico predador. Trata-se de um sujeito indiferente às interdições morais da sociedade a que pertence, e completamente desprovido de culpa, vergonha ou empatia pelas suas vítimas. – Ao psicopata nada importa além do alcance dos seus objetivos, mesmo que isso implique o sofrimento de pessoas inocentes. Embora haja muitos deles nos cárceres, sobretudo os menos providos de engenho, em sua grande maioria, não se encontram à margem da sociedade: psicopatas abundam em todos os níveis governamentais de todas as nações do planeta, inclusive nas democracias, cujos cargos eletivos, para serem efetivamente ocupados, e para que os mandatos dos seus respectivos titulares sejam efetivamente exercidos, parecem exigir de seus candidatos que sejam portadores de psicopatia: minha suspeita reside, sobretudo, na constatação do flagrante e lamentável desinteresse por política das pessoas íntegras que conheço. (– A algum leitor honesto talvez repugne a minha suspeita. Gostaria de desafiá-lo a se candidatar a algum cargo político: se for eleito, e se conseguir governar com retidão, exultarei de júbilo ao reconhecer o meu equívoco.) Os psicopatas abundam ainda nas diretorias de corporações multinacionais, de grandes empresas de comunicação e das maiores organizações não governamentais, assim como, até mesmo, no alto clero das

⁴ Cf. p. 8.

⁵ Cf. Blair, James et al. *The psychopath: emotion and the brain*, pp. 1-17.

grandes religiões, nas comissões de ética, e onde mais houver exercício de poder. – O que me parece problemático não é o mero fato de haver psicopatas nos setores mais estratégicos da sociedade, mas a sua presença crescente, e aparentemente majoritária, em certos casos. Não mais sendo reputado um serviço, mas uma vantagem enaltecida e cada vez mais cobiçada, porque associado ao dinheiro e à felicidade, o poder tem se tornado cada vez mais atraente aos indivíduos mais aptos a alcançá-lo, quais sejam os indiferentes à moral. Pensando melhor, talvez tenha sempre sido assim; mas, fora da democracia, o acesso ao poder é limitado, ao passo que, nas democracias, sobretudo quando vige o liberalismo econômico, há mais psicopatas competindo pelo poder. – A “livre iniciativa” é o perfeito ensejo da “guerra de todos contra todos”, cuja vitória, previsivelmente, pertence ao mais ardiloso, e não ao mais honesto; o que, segundo as regras da moral vigente, parece perfeitamente justo. Aliás, em nossos selvagens dias, aos vencedores falta a ancestral nobreza da clemência para com os vencidos, os quais agora são simplesmente esmagados.

3.3. Sobre a utilidade do conceito de nirvana⁶

O sofrimento despropositado é o critério do mal, que se afigura absurdo para quem o sofre (seja direta ou indiretamente, mediante a empatia). (P. 7)

Tendo conferido ao *sofrimento* o caráter de elemento essencial da noção de mal que acabei de apresentar, faz-se oportuno esclarecer que, embora disponha acerca do tema em termos análogos, a minha concepção não se confunde com aquela intrínseca à doutrina budista. Com efeito, no cerne do budismo está a idéia de que a existência é sofrimento. As chamadas “quatro nobres verdades”, quais sejam o componente mais antigo e incontrovertido desta doutrina, afirmam, respectivamente, que no mundo há sofrimento; que este sofrimento tem uma causa; que é possível extingui-lo através da extinção desta causa; e que para tanto existe um método. Ora, segundo o budismo, a causa do sofrimento é o *desejo*. Por conseguinte, infere-se logicamente que a extinção do desejo determina a extinção do sofrimento. Todavia, existir implica desejar: tudo quanto respira, em alguma medida, deseja. Qual seria, pois, em consonância com esta doutrina, a meta dos seus adeptos? – A inexistência, ou *nirvana*. Ou seja, a existência é um mal, porque o sofrimento lhe é inerente, ao passo que a inexistência é um bem, porque corresponde à extinção do sofrimento.

Ciosos na defesa de sua doutrina da acusação de niilismo, implícita na minha lacônica exposição, alguns filósofos budistas, provavelmente, procurariam esmiuçá-la, remetendo-se ao conceito fundamental de *anatman*, o qual, segundo eles, não equivale ao de inexistência. Senão, vejamos.

A iluminação, “escopo” do budismo, decorre da constatação de que o eu não existe: *anatman*. A idéia de eu é uma crença ilusória, que não encontra correspondente na realidade. Desta crença resultam noções, eventos e sentimentos prejudiciais, como a presunção de posse de direitos inalienáveis, o orgulho, a inveja, o ultraje, simpatias e aversões, decepções, frustrações e tudo quanto se refira à centralidade do eu. Sendo fonte de todo sofrimento, a crença nesta idéia deve ser suprimida. (Minha compulsão inquisitorial, fruto do meu terrível apego a mim mesmo, me obriga a perguntar: será a idéia de *anatman* mais do que apenas um artifício do eu contra a árdua constatação de que, verdadeiramente, a realidade implica o sofrimento inerente ao desejo intrínseco ao fato da existência? Afinal, é sempre mais fácil negar do que assumir.) Certamente

⁶ Cf. p. 9.

hei de convir que o mero dar-se conta da não-existência não implica a inexistência: o dar-se conta de que se é uma coisa não implica ser, de fato, essa coisa. O número de crenças possíveis corresponde ao limite da imaginação; mas qualquer crença, segundo creio, é determinada, senão por uma escolha, pelo menos, por algum evento fortuito. A escolha da crença na inexistência do eu deve advir da crença na idéia de que viver é pior do que não viver. E, por sua vez, a idéia de que é melhor não viver do que viver provavelmente advém da constatação do fato aleatório do infortúnio. – O budismo é niilista porque, a uma existência reduzida ao sofrimento, prefere a não existência; mas essa escolha é enunciada qual uma constatação categórica da realidade da vida: existir é sofrer. A crença em *anatman*, por inverossímil que seja, pode servir de anestésico.

Retomemos, pois, o argumento desde o início.

A primeira nobre verdade pregada pelo Buda afirma que o sofrimento, que se pretende eliminar pela extinção do desejo, é dolorosamente evidente por ocasião do nascimento e da morte, da doença e da velhice, assim como das frustrações oriundas do apego ao aprazível e da aversão ao desagradável. A segunda nobre verdade associa a causa do sofrimento ao desejo, seja dos prazeres da vida, seja da própria vida ou até mesmo da morte! Ora, se o sofrimento é o que deve ser eliminado, e se, para tanto, é preciso, através de um método cuja eficácia é garantida, eliminar o desejo, sua causa; então, tanto o desejo quanto o sofrimento têm que ser eliminados. Mas o bem é, por definição, o objeto por excelência do desejo, aquilo que se almeja resguardar. O mal, em contrapartida, é o que se quer eliminar. Por conseguinte, tanto o desejo quanto o sofrimento são, para o budismo, males. Aliás, para essa doutrina os bens também são males, pois que objetos do desejo. O budismo é tão absurdamente niilista que, sequer o nirvana, qual seja a cessação total do sofrimento, pode ser procurado, porquanto só se procura aquilo que se deseja, e o desejo provoca sofrimento. O *summum bonum* do budismo, almejado e perseguido, se torna um *summum malum*. – Nada há que não seja vazio, sequer o próprio vazio.

Essa comédia de erros decorre da proposição de premissas equivocadas, ou, pelo menos, de premissas que não deveriam ser assumidas de maneira categórica. Do fato de haver sofrimento não decorre a necessidade de eliminá-lo. E, ainda que todo sofrimento proceda, em certa medida, do desejo (ou da vontade de viver, como diria Schopenhauer) não decorre, necessariamente, que seja melhor não viver do que viver com sofrimento. Que fique claro, portanto, que ao sugerir o sofrimento como a base do mal, eu não sugiro que mal seja sinônimo de sofrimento. E embora conceda que o

desejo seja, senão a causa, pelo menos a condição de possibilidade do sofrimento, eu não creio, em contrapartida, que se o deva suprimir para se eliminar o sofrimento. O que eu afirmo é a ocorrência freqüente e aleatória de sofrimentos que são absurdos, e como tais, são males! A meta dos homens é a felicidade, embora talvez, para maioria deles, esta se confunda com o nirvana. De qualquer forma, creio que a felicidade seja uma ocorrência possível entre os seres humanos. – Há pessoas das quais, por ocasião da sua morte, pode-se dizer que foram felizes. Suas vidas não foram isentas de dores, mas a sorte, que lhes proveu do mínimo material necessário, e de bastante sabedoria, lhes outorgou o privilégio da felicidade. Tais pessoas padeceram as bem-aventuradas dores do nascimento. Talvez se tenham enlutado várias vezes, e amiúde sofrido com doenças, frustrações e decepções. Mas as suas misérias foram tão transitórias quanto tudo na vida. No ocaso dos seus dias, serenamente acolheram a morte, com a certeza resignada de que o seu destino não poderia ser diferente daquele de tudo o mais que respira. E nisso elas partilham, embora mitigadamente, a idéia budista de vazio: nada é substancial, tudo passa. Mas, e daí? – A consciência da impermanência do universo não implica a impossibilidade da beatitude. Apenas implica que a beatitude é, de fato, tão simplesmente, uma possibilidade. O ideal de realização dos homens é a felicidade, ou seja, a existência vivida em sua plenitude, e não a não-existência. Mas a existência feliz não deve forçosamente corresponder à existência imaculada pelo sofrimento. – Tampouco se pode dizer acerca de quem sofre: faltou-lhe desapego, se não fosse tão viciado em comida a fome, certamente, não lhe teria causado todo esse sofrimento. – Que me perdoem a heresia, mas parece-me que Aristóteles foi mais sábio, senão mais sincero, do que o próprio Buda (mas esta suspeita possivelmente se deve à minha má compreensão do budismo).

Como se pode, portanto, inferir de todo o exposto, a associação que faço, no cerne do meu conceito de mal, do sofrimento com o absurdo, implica que nem todo sofrimento seja absurdo, mas apenas aqueles impassíveis de se integrar facilmente em um esquema racional, sem violar os sentimentos morais, que as pessoas consideradas morais, normalmente, ainda, partilham. (– Se bem que a categoria das pessoas morais esteja em franco processo de enfraquecimento, esvaziamento e extinção.)

Para que fique indubitavelmente claro o que quero dizer, vou me valer de um caso hipotético, todavia repetidamente verificado em muitas partes do planeta. – Que o leitor imagine uma pessoa categoricamente honesta (e se lhe for penosa a empatia, que se imagine a si mesmo honesto, ainda que o não seja). Suponha que essa pessoa

irrepreensível seja acusada e condenada pela suposta prática de um crime que lhe fora injustamente imputado. No cárcere, essa pessoa é torturada por algozes, e estuprada pelos seus próprios companheiros de suplício. Tamanha agonia ainda lhe pesa menos do que a infâmia: a sua honra é arrastada na lama. Imagine, enfim, o leitor que, tendo resistido à tentação do suicídio, movido pela vaga esperança de algum dia obter a sua reabilitação, esse infeliz é assassinado, sem que lhe toque a mínima compensação. – Nada, ou ninguém, o salvou. Ele simplesmente morreu, ao cabo de uma vida de total respeito à sacralidade do outro, que ele nunca violou. Morreu como deveria morrer o diabo. Eis um sofrimento absurdo. Eis uma amostra do mal.

Ontem o marido de uma amiga da minha mãe se matou na sua frente. Ela fez o que pôde para impedi-lo, mas não conseguiu. Vai ter sempre na memória a imagem dos seus miolos estourados. Deixou dois filhos, que, apesar de serem adultos, nunca vão entender o que aconteceu. O pai era policial aqui no Rio de Janeiro, o que explica muita coisa.

Minha tia, que trabalha no berçário de um hospital público, conta-me abatida das situações dramáticas com que se confronta cotidianamente: mães desequilibradas, viciadas em drogas pesadas, com doenças transmissíveis ao feto. Criancinhas nascidas gravemente doentes ou aleijadas em razão da miséria das suas mães, crianças fadadas a serem objetos de ódio, e, portanto, a crer que, sendo odiosas, devem fazer justiça à sua condição.

Mas o inverso também acontece. Li, não há muito tempo, sobre o caso de um pai, modelo de integridade. Desesperado, entregou-se à polícia após ter matado o seu filho, que, malgrado os esforços paternos em prodigalizar-lhe a melhor educação, se havia viciado em drogas e virado bandido. O homicídio foi em legítima defesa, mas o filicida jamais se perdoará: carregará sempre consigo o sentimento de ter fracassado, completa e definitivamente.

Tive a oportunidade de conviver com um rapaz angolano que viu sua mãe ser morta na sua frente. Não surpreende que fosse uma pessoa agressiva e desconfiada.

A irmã de um amigo, de origem pobre, que, como se diz, batalhou muito para tornar-se alguém na vida, formou-se, casou-se, teve filhos. Tinha um bom emprego e uma bela família quando alguém a seqüestrou, estuprou, torturou e matou. – Os que ficaram, pelo menos, são católicos: a esperança na ressurreição os consola.

Lembro-me do caso, não muito noticiado, do pai que chacinou a mulher e as duas filhas, antes de se matar. Era um empresário de classe média alta, que, da noite para o dia, perdeu tudo. Lembro de psiquiatras terem dito que o fez por benignidade: não queria que as mulheres da sua vida, consumistas inveteradas, sofressem a falta da sua providência. Esqueceu-se que eram jovens e belas, e que, provavelmente não lhe sentiriam tanto a falta quanto ele gostaria que o fizessem. Se a intenção for o que vale ele agiu corretamente.

Não há muito tempo, se não me engano, na Áustria, uma menina foi mantida em cativeiro, por anos a fio, pelo próprio pai, com quem teve vários filhos, aleijados, obviamente, e que, até serem libertos, nunca viram a luz do sol.

Lembro-me ainda da história de uma família que trafegava em seu automóvel quando outro o abalroou. O motorista sai do carro. Sua mulher, com um bebê recém nascido ao colo, o acompanha. A discussão entre os motoristas se acalora. A mulher, em um ataque, arremessa o filhinho no pára-brisa do carro, que se estilhaça. A outra criança, assustada, começa a bater com a cabeça em uma árvore. Como que por um milagre o neném sobrevive! Mas que milagre: não é difícil adivinhar-lhe a vida no seio dessa família...

Aliás, recentemente, um pai e uma madrasta atiraram a filha pela janela. E não se tratava de uma traquinagem. Pelo contrário: todos os parentes atestaram que a criança era extraordinariamente dócil. Talvez por isso não tenha lutado pela vida com unhas e dentes.

E pelo horror que a imagem me suscita, quase apaguei da memória o episódio do menininho de sete anos, que foi arrastado por vários quilômetros, preso ao cinto de segurança do carro dos seus pais, enquanto este era roubado. Morreu lentamente, sob os suplícios inefáveis que os seus algozes fizeram por merecer. Eles, entretanto, nada sofreram, obviamente. Afinal, este é o mundo que – de fato – *existe*, e não o que *deveria existir*, se existisse um Deus que fosse justo e onipotente.

Provavelmente o leitor testemunhou ou soube de várias outras manifestações do absurdo. Mas pode ser que as tenha apagado da memória, o que é compreensível. Mas deixe-me contar-lhe que desde os ataques de onze de setembro de 2001, quando alguns americanos morreram, até agosto de 2009, os Estados Unidos gastaram perto de novecentos bilhões de dólares nas guerras que se seguiram. Sempre há quem lucre com a miséria alheia. Mas este fato me parece ainda mais absurdo quando se sabe que

quase dez milhões de crianças com menos de cinco anos morrem todos os anos por causas relacionadas à pobreza, segundo o UNICEF. – Se bem que, se não morressem tantas crianças, certamente nos sobraria ainda menos espaço no planeta. Será esse o motivo pelo qual tantas doenças não foram ainda erradicadas? Não é difícil presumir que se gasta mais com guerras e pesquisas fracassadas sobre a origem e a natureza do universo do que com a vida de gente pobre. De qualquer maneira, “fazer o bem” não é uma coisa tão simples quanto parece. O rev. Malthus já dizia, com propriedade, que a fome, as doenças e as guerras exercem um importantíssimo “controle positivo” do crescimento populacional. E é absolutamente irrefragável o fato de que, considerados os limites de espaço e de recursos da Terra, quanto menos pessoas morrerem, menos pessoas terão o direito de nascer em condições de viver com o mínimo de dignidade. Mas ele também acreditava que desemprego e baixos salários deveriam exercer algum “controle preventivo” do aumento da população, porque as pessoas pobres adiariam o casamento até terem condições de manter uma família. – Entretanto, sabemos que as coisas nem sempre funcionam assim. Malthus ao menos o suspeitava. Por isso ele, coerentemente com o cristianismo que professava, opunha-se às ajudas humanitárias, que servem de estímulo ao nascimento de mais crianças em famílias pobres. Fazer o bem implica, às vezes, nada fazer. Retire-se do mundo uma parcela dos males e males novos e piores surgirão. Retire-se do mundo todos os males e o mundo acaba. Pense o leitor, por exemplo, em nossa apocalíptica crise ecológica. Quais terão sido as suas causas? A sua origem está, mui provavelmente, na admirável Revolução Industrial. A energia barata e acessível do carvão, e de outros combustíveis fósseis, desencadeou a transformação da agricultura e da economia, que possibilitou o aumento exponencial de alimentos, riqueza individual e, por conseguinte, pessoas, que nós testemunhamos no século passado. – Efeitos benéficos de uma causa têm sua contrapartida de efeitos maléficos. Desde a época de Malthus a população da Terra cresceu – sete – vezes. Eu sei que o leitor, assim como eu, deplora o destino trágico da humanidade, mas pouco se pode fazer para impedi-lo. – Entretanto, um problema ético se apresenta: não agir implica permitir que crianças morram de fome! – Seja como for, por cruel que seja o que direi, salvo os santos e os loucos, é exatamente o que todos fazemos! (E não me venha o leitor dizer que faz a sua parte, a menos que se tenha consagrado totalmente ao serviço da humanidade. Cristo, por exemplo, se de fato existiu como disseram, fez a sua parte: sendo Deus, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de *escravo*. O mesmo o fez Simone Weil: filósofa, mística e mártir. Foi ela quem disse que o bem é

um nada, uma vez que coisa alguma é boa. “Mas esse nada não é irreal. Comparado a ele, tudo o que existe é irreal.” Para ser bom é preciso, portanto, descer até o nada. – Judia, cristã, budista? Como quer que seja, uma escrava, uma santa, uma louca.).⁷

Aliás, já pensou o leitor que poderia, e, segundo a moral, *deveria* gastar o seu dinheiro apenas com o imprescindível à sua subsistência enquanto habitar um mundo onde crianças morrem de fome? É evidente que a maioria de nós gasta dinheiro com coisas inúteis. Mas quem é capaz de ser moral?⁸ (Mas, como quase sempre resta uma esperança, soube recentemente que neurologistas da Universidade de Duke disseram ter descoberto uma região do cérebro cuja estrutura determina se alguém propenderá ao egoísmo ou ao altruísmo. Os pesquisadores querem estudar o desenvolvimento da área para tentar identificar que tipo de informação ou comportamento pode induzir o estabelecimento de tendências altruístas. – Muito interessante; mas eu me pergunto: o que é um mundo habitado por indivíduos altruístas? Não é o mundo dos humanos.)

Minha irmã, que é psicóloga, contou-me uma vez do sofrimento de mulheres da alta sociedade quando não podem, por exemplo, comprar mais uma bolsa de grife, ou a magnífica jóia ostentada pela estrela de cinema numa foto de revista de fofocas. Dizem que pode ser tão intenso quanto o sofrimento de quem não tem o que comer.

Como lembra Singer em um dos seus livros benéficos (diria filantrópicos, mas o Peter é muito mais do que um filantropo: a esta altura, é bem provável que ele já tenha defendido o direito das pedras), nas sociedades abastadas, a pobreza é quase sempre relativa. As pessoas sentem-se pobres porque as “coisas boas” que elas vêem anunciadas na televisão não podem ser adquiridas com a sua renda; embora elas, pelo menos, tenham televisão. Aliás, 97% dos americanos “pobres” a possuem, sendo que três quartos destes também têm carro. Em contrapartida, cerca de um bilhão e meio de pessoas vivem em estado de pobreza extrema. Isso quer dizer que elas são pobres, não pela sua incapacidade de realizar o sonho americano, mas porque, sobrevivendo com menos de um dólar ao dia, elas não têm renda suficiente para satisfazer as mais básicas necessidades humanas de nutrientes, água, abrigo, vestuário, saúde, educação e saneamento.

⁷ Os dados estatísticos fornecidos neste excerto foram extraídos da Revista *National Geographic* de junho de 2009, do relatório de 2008 das Nações Unidas sobre crescimento demográfico, e do livro do Peter Singer: *The life you can save*.

⁸ Eis a essência do agir moral: “faça aos outros aquilo que gostaria que os outros lhe fizessem”. Essa Regra de Ouro, endossada por todas as grandes religiões, implica que quem não faz tudo quanto esteja ao seu alcance para aliviar o sofrimento dos outros é imoral, segundo a medida da sua omissão.

Mas o paradoxo é ainda maior. Enquanto quase um bilhão e meio de pessoas são miseráveis, aproximadamente a mesma quantidade desfruta de condições que, em um passado muito recente, foram privilégio dos nobres. Dessas, uma grande parcela, certamente, se lamenta por não ter o bastante, embora, possa viver trinta anos a mais do que os seus bisavôs, e dê-se ao luxo de gastar menos de 6% da sua renda com boa comida, sobrando-lhes bastante dinheiro para o lazer; e ainda tempo, já que, hoje em dia, além de uma jornada de trabalho muito menor que a dos seus antepassados, elas ainda têm direito a muitos anos de aposentadoria. – Se bem que, de fato, comparadas aos super-ricos, essas pessoas são carentes, já que não podem habitar mansões, nem possuir iates e aviões. – Mas o clube dos super-ricos é fechado: antes da crise de 2008 havia mil e cem bilionários, cuja fortuna somada alcançava a cifra de 4.4 trilhões. Não preciso dizer que se pode fazer muita coisa com esse dinheiro, até mesmo resgatar da miséria algumas vidas. Mas por que o fariam? A sorte pode ser partilhada?

Pode-se culpar alguém por não chorar ao saber dos infortúnios desse mundo? Pode-se culpá-lo por não ter coragem, ou sequer vontade, de adotar uma criancinha? Pode-se culpá-lo por desejar a morte de quem lhe tira o sossego, como o desgraçado que lhe pede socorro? E aquele que pranteia o sofrimento e a morte do seu bichinho de estimação, mesmo após ter devorado um succulento rosbife? Se o pode condenar?

Por falar em rosbife, preciso contar ao leitor o que li na *National Geographic* do mês passado: Desde que fizeram pacto com o capitalismo, e começaram a enriquecer, os chineses estão comendo mais carne. O consumo de carne suína per capita no país mais populoso do mundo aumentou 45% entre 1993 e 2005. Para atender à demanda é preciso que os porcos cresçam depressa, por isso os alimentam com milho e soja. E como a produção chinesa desses cereais não é suficiente, é necessário importá-los do Brasil, onde a demanda faz crescer o desmatamento para o plantio de cereais que vão alimentar porcos! Nada contra os bichinhos que servirão de comida para os chineses, mas os seus porcos comem os cereais que deveriam alimentar um quarto das pessoas famintas do mundo, que definha na África, onde a produção agrícola diminuiu entre 1970 e 2000, enquanto a população aumentou, resultando em um déficit alimentar de cerca de 10 milhões de toneladas de grãos ao ano.⁹

⁹ Deixe-me falar um pouco mais da China. Durante décadas a Europa e os Estados Unidos, em sua tara lasciva por energia e crescimento, consumiram quase todas as riquezas naturais do planeta. A China era, então, um país agrário e miserável. Mas eis que o gigante despertou. E agora? O que se dirá aos chineses? (E aos russos e aos indianos, que também estão à espreita, junto aos brasileiros, todos a

Enquanto alguns se desesperam com a crise e a decorrente impossibilidade de adquirir os seus tão necessários supérfluos, a imensa maioria é simplesmente atingida pelo fato de que, entre 2005 e meados de 2008, o preço do milho e do trigo triplicou, e o do arroz quintuplicou, tornando-as ainda mais miseráveis.

A subida dos preços é indício de que a demanda está superando a oferta, e de que, portanto, logo não vai haver comida para todos. Como é evidente, essa inflação na agricultura não vai prejudicar os gostosos porcos chineses, que têm grande parcela de responsabilidade pelo aumento dos preços, e sim o grupo de um bilhão de pessoas mais pobres do planeta, que gastam de 50% a 70% de sua renda só para comer! Mas como a desgraça está sempre pronta a nos surpreender, acredita-se que as mudanças climáticas contribuirão para reduzir as safras ainda mais. E, com a população mundial avançando para os 9 bilhões de habitantes, ainda neste século, será preciso duplicar a produção de alimentos até 2030!

Qual é a saída para um mundo cada vez mais quente, populoso e faminto? – Acredito que, neste caso, o nirvana está muito longe de ser uma idéia estapafúrdia.¹⁰

postos, como hienas à espera da sua vez de roer a carniça da terra.) Se lhes dirá que se tornem cristãos e aprendam a amar a todos os homens, como irmãos? A amar até mesmo aqueles que os precederam no banquete, e só lhes deixaram a pior parte?

¹⁰ Por favor, vejam o documentário *The corporation*, ou leiam o livro do Joel Bakan. As desgraças a que me refiro neste breve excuso estão muito bem documentadas em documentários recentes como esse. Parece que o homem perdeu completamente o controle do seu domínio da terra. Os mecanismos que criou para dominar a natureza tornaram-se autônomos e ameaçam destruí-lo.

3.4. Analgesia congênita associada à psicopatia: imunidade ao mal?¹¹

Quiçá alguém diga que um psicopata consegue comprazer-se no sofrimento que impinge às suas vítimas, e, neste sentido, tal sofrimento se lhe afiguraria um falso problema. De fato: não é ele quem sofre, e sua incapacidade de empatia o impede de se compadecer, o que lhe é bem conveniente. Ademais, sua deficiência moral talvez o impeça de reconhecer o teor de desumanidade dos seus atos. Mas o faria se o destino o tornasse vítima? A menos que seja insensível a todo sofrimento, físico ou psíquico, provavelmente se verá constrangido a admitir a absurdade da sua experiência. Mas, se, por raro acaso, o venturoso psicopata sequer for capaz do menor vestígio de dor, é provável que o mal não se lhe afigure um problema (salvo, é claro, se alguém ousar constrangê-lo por considerá-lo mau...). Além dessa extraordinária casta de psicopatas, portadores de analgesia congênita, a mesma exceção talvez caiba apenas aos autistas e dementes de toda sorte; o que corrobora a hipótese freqüentemente aventada, de que o mal ameaça a razão, e, portanto, a própria filosofia, que o traduz em questão.

Não quero assim dizer que todos os autores de discursos que tentam justificar o mal sejam psicopatas (ainda que suspeite fortemente da sua capacidade de empatia), mas a tentativa que em geral empreenderam de tentar integrar o mal num sistema no qual se tornasse lógico, para salvar o sentido, exigiu tamanho grau de abstração, que o objeto de sua investigação se adulterou completamente. – O que Plotino, Leibniz e Hegel, dentre alguns notórios exemplos, supõem evanescer nos seus sistemas, não se trata do mal, mas de um conceito absolutamente extravagante e discrepante dos fatos que, empiricamente, reconhecemos como males (e que, provavelmente, eles próprios, em suas existências concretas, sinceramente reconheceriam como tais). – Quem quer que se tenha empenhado a fundo na análise do mal precisou se render ao seu caráter intrinsecamente problemático; a menos que nomeie dor algo diverso da dor empírica; ou que designe por crueldade um ato que não corresponda àquele de se infligir dor a outrem injustificadamente, ou ainda, a indiferença em relação a toda essa desgraça.

¹¹ Cf. p. 10.

3.5. Ricoeur e o a origem do sentimento de culpa¹²

Segundo o filósofo Paul Ricoeur, o caráter enigmático do mal decorre do fato de, na “tradição judaico-cristã do ocidente”, fenômenos tão díspares quanto a culpa, o sofrimento e a morte terem sido considerados pelo mesmo viés.¹³ O mal moral é o que se imputa a um sujeito responsável, cuja ação tenha infringido uma norma ou um interdito, e que por isso merece ser castigado. O castigo é, pois, um sofrimento justo que se inflige ao transgressor de uma lei. Ao contrário da culpa, o sofrimento afeta o homem de maneira gratuita. Enquanto o mal moral é o que faz do homem culpado, o sofrimento é o que o torna vítima.

O que, segundo Ricoeur, teria levado a filosofia e a teologia a pensarem o mal como a fonte comum de realidades tão antagônicas como são a culpa e o sofrimento, foram duas notáveis relações estabelecidas entre elas. A primeira consiste em que, da culpa, decorre o castigo, que é um sofrimento. Enquanto a segunda, em que, sendo o homem normalmente a referência da lei, cometer o mal implica, de certo modo, fazer com que o outro sofra. Assim, a suspeita de que a culpa e o sofrimento exprimem de modo múltiplo a unidade da condição humana, levou a que se conjecturasse um único mistério de iniqüidade. Um dos indícios dessa confusão, que se processa na fronteira entre o pecar e o sofrer, é a *passividade*, que faz o homem se sentir, ao mesmo tempo, vítima e culpado, porque “se a punição é um sofrimento reputado e merecido, quem sabe se todo sofrimento não é, de uma maneira ou de outra, a punição por uma falta pessoal ou coletiva, conhecida ou desconhecida?”¹⁴

¹² Cf. p. 45.

¹³ Cf. Ricoeur, Paul. 1988, p. 23-26.

¹⁴ Ibidem, pp. 25-6.

3.6. É possível que a Revelação seja verdadeira¹⁵

Não afirmo a falsidade da Revelação. – É possível, embora – improvável, que a fé seja uma categoria de conhecimento superior à razão, capaz mesmo de apreender a verdade que o monoteísmo professa veementemente ter sido revelada por Deus. – Não penso, contudo, que a razão possa sequer auxiliar a fé no seu suposto percurso místico-cognitivo, pois que a compreensão do sagrado não é da ordem da *inteligência*, mas da *experiência religiosa*, que engendra a fé.

Destarte, segundo creio, por quanto a razão sempre denuncia a fragilidade dos argumentos que pretendem conferir plausibilidade às doutrinas reveladas, em relação ao monoteísmo só há duas posturas possíveis: o agnosticismo e o fideísmo.

Ao afirmar a incompatibilidade entre fé e razão, endosso a opinião de grandes pensadores acerca deste tema, como Bayle e Pascal, por exemplo, embasando-me, no entanto, exclusivamente no problema do mal, que reputo suficientemente grave para validar essa hipótese.

Como disse Søren Kierkegaard:

A fé é um absurdo. Seu objeto é extremamente improvável, irracional e para além do alcance de qualquer argumento (...) Suponhamos que alguém decida que quer adquirir fé. Acompanhemos essa comédia. Ele quer ter fé, mas ao mesmo tempo também quer ter a certeza de que está dando o passo certo – então empreende um exame objetivo da probabilidade de estar certo. E o que acontece? Por meio desse exame objetivo da probabilidade, o ab-surdo torna-se algo diferente: torna-se provável, cada vez mais provável, extremamente provável, absolutamente provável. Agora essa pessoa está pronta para acreditar e diz a si mesma que não acredita da mesma maneira que os homens comuns, como sapateiros ou alfaiates, mas apenas após de ter pensado toda a questão de forma adequada e compreendido sua probabilidade. Agora está pronta para acreditar. Mas vejam, nesse exato momento torna-se impossível para ela acreditar. Algo que é quase provável, possível ou extrema e absolutamente provável é algo que a pessoa pode quase conhecer, praticamente conhecer ou bem aproximadamente *conhecer* – mas é impossível *crer*. Pois o absurdo é objeto de fé e o único objeto que pode ser crível. (Pós-escrito conclusivo não científico.)

¹⁵ Cf. p. 47.

3.7. Ou bem se crê, ou bem se questiona¹⁶

Por isso tudo isso, avento a hipótese segundo a qual, diante dos paradoxos da revelação só se pode admitir uma de duas atitudes extremas: o agnosticismo fundado no ceticismo, e o fideísmo, que abraça a fé na revelação mesmo *contra* as advertências da razão.

Não quero assim dizer que os paradoxos intrínsecos aos conteúdos da fé não sejam passíveis de ser pensados. Ao contrário, reconheço o empenho do pensamento contemporâneo na investigação do absurdo, do irracional.

A filosofia também tem investigado a história e os fundamentos das diversas religiões. Mas tais esforços permanecem filosóficos, porquanto não têm a pretensão de assumir uma determinada postura, de defender uma determinada verdade, mas de descobrir o que há de verdadeiro por trás de qualquer doutrina religiosa, o que subjaz às diversas posturas humanas acerca do que ultrapassa o homem.

Uma adesão aos conteúdos da revelação monoteísta nunca pode ser atribuída exclusivamente à razão, pois esta não se satisfaz com as respostas parciais da teologia. Tampouco se pode dizer que a razão auxilie o assentimento característico da fé, uma vez que a irrefreável compulsão do pensamento por se colocar questões o impede de reconhecer a veracidade de alguma coisa, a menos que esta o convença de tal forma, que o impeça de fazê-lo.

Se o pensamento houvesse encontrado a verdade, cessaria de se questionar. – Mas não é o que constatamos ao nos debruçarmos sobre o monoteísmo; nem sobre os seus fundamentos, quanto menos sobre as suas variações doutrinais. Ao contrário, quem creia na verdade revelada pelo próprio Deus não a pode questionar: – ou bem crê ou bem se questiona! Não se podem fazer as duas coisas ao mesmo tempo. – Mas ambas podem perfeitamente se alternar na mesma pessoa. – Neste sentido se poderia dizer que um crente que pensa é um tanto quanto esquizofrênico. E creia-me o leitor que o digo no “bom sentido”.

Preciso me explicar melhor e o farei através de um exemplo. Suponha o leitor que alguém tenha fé na bondade do Criador. – Se de fato acredita que Deus é justo e providente, necessariamente acredita que tem um motivo excelente para permitir que pessoas inocentes sofram em consequência do erro de outras pessoas. – Alguém que

¹⁶ Cf. p. 47.

realmente creia na bondade divina, enquanto crer, não se perguntará por que motivo um Deus bom agiria dessa forma; e se por acaso se questionar, é porque não acredita.

A fé se opõe à razão. Jamais se as poderá conciliar, porque se abominam. – A razão não pode conduzir à fé nem a fé à razão: elas se repelem como pólos idênticos de dois ímãs.

Um fiel monoteísta se perguntará sobre os motivos pelos quais Deus permite que crianças sejam todos os dias, e no mundo inteiro, especialmente nos países mais pobres, torturadas, escravizadas, prostituídas, estupradas e mortas? É muito provável que não; mas se algo, alguém ou alguma situação lhe suscitasse esse questionamento, talvez dissesse que a culpa é do “pecado” (sinônimo de mal moral) dos homens, (e se for adepto da versão primitiva da doutrina da retribuição, dirá mesmo que nenhuma criança que sofre é inocente, mas culpada de algum pecado oculto). Por argumentos desse tipo, tal monoteísta pretenderá ter conseguido isentar Deus da responsabilidade pelo sofrimento de quem, apenas “aparentemente”, é inocente. Essa resposta, porém, satisfaria a razão? – Não! A razão se perguntaria por que Deus nos teria feito capazes de impor sofrimento uns aos outros. Quem se pusesse essa questão suspenderia a fé no dogma de que Deus é bondoso, e, assim, deixaria de crer. Permaneceria agnóstico até encontrar na revelação alguma resposta, como a de que Deus, exatamente porque é bom, queria que o homem fosse livre. A razão poderia, então, se deixar novamente vencer pela fé. Mas se esta não for suficientemente forte, a razão, mais cedo ou mais tarde, irromperá furiosa, questionando por qual motivo deve admitir que a liberdade seja tão maravilhosa a ponto de justificar os inúmeros holocaustos da história. Diante de um tamanho impasse, ou alguém abraça cegamente a fé e se lança com ousadia (ou com covardia?) no salto de que fala Kierkegaard, ou, na insegurança honesta do ceticismo, se mantém fiel à razão. – Ou se compromete absolutamente na tremenda aposta em que, segundo Pascal, consiste a fé, – ou submete-se aos imperativos de sua própria consciência, que eventualmente duvida de quase tudo.

Concordo com Camus quando afirma que o salto não representa um perigo extremo, como o queria Kierkegaard. – O perigo, ao contrário, está no instante sutil que precede o salto. A honestidade está em manter-se sobre esta aresta atordoante. O resto é subterfúgio.¹⁷

É possível, portanto, que alguém às vezes creia e às vezes se questione. Mas, quando crê, não se questiona, e, quando se questiona, não crê. – Como quer que seja,

¹⁷ Cf. Camus, A. *O mito de Sísifo*

enquanto houver perguntas não haverá fé, e se houver fé não haverá perguntas; pois que a fé, sobretudo no âmbito do monoteísmo, quer dizer confiança incondicional na palavra de Deus, seja embasada exclusivamente nos textos das Escrituras, seja nestes conjugados à tradição de determinada doutrina.

A teologia interpreta a revelação a partir do pressuposto da fé, ao passo que a filosofia interpreta os objetos da doutrina de qualquer religião supostamente revelada com as lentes da razão crítica, sem levar em conta sua procedência divina ou humana.